

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RE nos EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 538.299 - SP (2003/0091938-9)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : CERÂMICA E VELAS DE IGNIÇÃO NGK DO BRASIL S.A.**  
**ADVOGADOS : HAMILTON DIAS DE SOUZA E OUTRO(S) - SP020309**  
**MARCUS VINICIUS SOUZA MAMEDE - DF016615**  
**RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL**

## **EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. ANO-BASE 1990. CORREÇÃO MONETÁRIA. **TEMA 298/STF**. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. SEGUIMENTO NEGADO.

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por Cerâmica e Velas de Ignição NGK do Brasil S.A., com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Segunda Turma deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fls. 275):

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA. BASE DE CÁLCULO DA CSLL. PERÍODO-BASE 1990. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. BTN-F. LEIS 7.799/1989, 8.024/1990, 8.088/1990 E 8.200/1991. DEDUÇÕES. ART. 41 DO DECRETO 332/1991. LEGALIDADE.

1. A partir da decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 201.465/MG, esta Corte pacificou o entendimento de que as demonstrações financeiras das pessoas jurídicas devem ser corrigidas monetariamente, para fins de cálculo do Imposto de Renda, pelos índices legalmente estabelecidos para cada período.

2. Aplica-se o BTN Fiscal (Leis 7.799/1989, 8.024/1990 e 8.088/1990) na correção das demonstrações financeiras do período-base 1990.

3. "A Lei 8.200/91, (1) em nenhum momento, modificou a disciplina da base de cálculo do imposto de renda referente ao balanço de 1990, (2) nem determinou a aplicação, ao período-base de 1990, da variação do IPC; (3) tão somente reconheceu os efeitos econômicos decorrentes da metodologia de cálculo da correção monetária. O art. 3º, I (L. 8.200/91), prevendo hipótese nova de dedução na determinação do lucro real, constitui-se como favor fiscal ditado por opção política legislativa." (STF, Recurso Extraordinário 201.465/MG, Rel. Para acórdão Min. Nelson Jobim, DJ 17/10/2003).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl. 290/295).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 298/306), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que o acórdão recorrido violou os artigos 5º, II, 148, 150, I, 153, III, e 195, I, da Constituição Federal.

Sustenta, para tanto, que "nenhuma das figuras é compatível com aquela decorrente do tratamento fiscal estabelecido pelo artigo 3º da Lei nº 8.200/91, pois, no caso, estarão sendo recolhidos aos cofres públicos valores que não correspondem a tributos efetivamente devidos, esta nova figura de 'empréstimo compulsório' é flagrantemente inconstitucional" (fl. 305).

Reclama que "a devolução diferida implica tributação ilegítima e, portanto, incapaz de sanar os prejuízos decorrentes da utilização do BTNF ao invés do IPC na correção monetária do balanço de 1990" (fl. 305).

Apresentadas as contrarrazões às fls. 470/482.

É o relatório.

Extrai-se dos autos que o recurso extraordinário ora em análise foi interposto contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça que decidiu que as demonstrações financeiras do ano-base de 1990 deverão ser atualizadas pelo BTNF, e não pelo IPC, na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal, de que a Lei nº 8.200/91 não modificou a disciplina da base de cálculo do imposto de renda referente ano-base em questão, tampouco determinou a aplicação do IPC no período.

E, ao assim decidir, verifica-se que esta Corte Superior de Justiça decidiu em consonância com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 545.796/RJ, sob a sistemática da repercussão geral, em que se firmou a tese de que "É constitucional a sistemática estabelecida no artigo 3º, inciso I, da Lei 8.200/1991 para a compensação tributária decorrente da correção monetária das demonstrações financeiras de pessoas jurídicas no ano-base 1990". (Tema 298/STF).

Confira-se, a propósito, a nota do julgamento, ocorrido em 25/10/2019 e ainda pendente de publicação:

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, apreciando o Tema 298 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário, nos termos do voto do Relator. Foi fixada a seguinte tese: "É constitucional a sistemática estabelecida no artigo 3º, inciso I, da Lei 8.200/1991 para a compensação tributária decorrente da correção monetária das demonstrações financeiras de pessoas jurídicas no ano-base 1990". Plenário, Sessão Virtual de 18.10.2019 a 24.10.2019.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", segunda parte, do Código de Processo Civil, **negou seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intime-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente

